



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Ata nº. 21/2013

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 06.11.2013

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO: -----

PRESIDENTE: -----

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS);-----

VEREADORES: -----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP);-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD.CDS-PP); -----

Albano António Alves dos Santos (PS); -----

Anabela Ribeiro de Oliveira (PPD/PSD.CDS-PP);-----

Maria José Rodrigues Dias (PS); -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 10h40 quando o senhor Presidente da Câmara deu início à reunião.-----

A. PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

B. PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA": -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA; -----

A Câmara tomou conhecimento de que as **receitas orçamentais**, constantes do Resumo Diário da Tesouraria, respeitantes ao **dia 31 de outubro de 2013, eram de 209.132,14€**(duzentos e nove mil cento e trinta e dois euros e catorze cêntimos) e as **operações de tesouraria de 441.520,26€** (quatrocentos e quarenta e um mil quinhentos e vinte euros e vinte e seis cêntimos).-----

Tomou também conhecimento de que desde o início do ano houve de receita 8.444.751,32€ (oito milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e um euros e trinta e dois



[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL

cêntimos), de **despesa cabimentada 12.644.926,26€**(doze milhões seiscentos e quarenta e quatro mil novecentos e vinte e seis euros e vinte e seis cêntimos) e de **despesa paga 8.360.182,27€**(oito milhões trezentos e sessenta mil cento e oitenta e dois euros e vinte e sete cêntimos).-----

B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

Não houve.-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Apresentou uma proposta no sentido do do espaço existente no largo da feira, na Vila de Resende, ser disponibilizado para estacionamento público, uma vez que neste momento se encontra vedado, com o intuito de aumentar a capacidade de estacionamentos na Vila de Resende.-----

Presidente da Câmara – Referiu que até a presente data nunca foi abordado por qualquer munícipe alertando-o para tal necessidade. Disse compreender a situação, nomeadamente para os estabelecimentos mais próximos, mais concretamente o café ali existente (Sangens), mas que o espaço existente e tal como já tinha sido decidido pelo executivo anterior, esse espaço destina-se a ser resguardado como espaço nobre do centro da Vila, destinando-se a ser utilizado unicamente para a realização de eventos e para a realização da feira. Referiu ainda que no que diz respeito ao aumento de capacidade de estacionamento na Vila de Resende a construção das empreitadas do Fórum Municipal e Parque Urbano, veio colmatar e aumentar substancialmente a situação de escassez de lugares de estacionamento, pelo que em seu entender a proposta apresentada não deverá ser objeto de aprovação.-----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD.CDS-PP) – Esclareceu que a proposta apresentada pelo PPD/PSD.CDS-PP não visa defender qualquer interesse particular e ainda que esta posição tem vindo a ser defendida desde há muito tempo, tendo já inclusive sido apresentada na Assembleia Municipal.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Reforçou a ideia de que esta proposta visa essencialmente aumentar a capacidade de estacionamento e não possui qualquer intuito de favorecimento de particulares.-----

Colocada a proposta a votação, **foi a mesma reprovada, por maioria (votos contra da bancada do PS).**-----

Anabela Ribeiro de Oliveira (PPD/PSD.CDS-PP) – Solicitou o uso da palavra para alertar para a situação de acumulação de água, em dias de chuva, no espaço do recreio destinado às crianças no Centro Escolar de Resende, que se reflete posteriormente no bem estar destas. Ainda relativamente ao Centro Escolar de Resende, referiu que entre o portão e a porta de acesso ao edifício, no período de inverno e em dias mais chuvosos, a distância a percorrer, quer pelas crianças quer pelos seus encarregados de educação, é bastante longa, o que provoca, por vezes, que as crianças entrem para



13

CÂMARA MUNICIPAL

as salas de aulas completamente molhadas, propondo por isso a colocação de uma cobertura, por forma a minimizar tal situação.-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS) – Deu nota de que já foram efetuadas visitas às instalações do Centro Escolar de Resende para a verificação das situações descritas e que já se encontram a ser concertadas estratégias, em conjunto com a escola, no sentido de resolver a situação. Informou ainda os senhores Vereadores que até que seja encontrada uma solução definitiva, a escola iria averiguar a possibilidade de abertura de uma outra porta de acesso, existente junto ao jardim de infância e que permite o acesso a um corredor e posteriormente deste para as salas de aula, reduzindo assim a distância a percorrer pelas crianças.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Solicitou que seja agendado um prazo para a reparação das referidas situações, quer para a distância a percorrer pelas crianças, quer para a reparação do pavimento, o que aliás, em seu entender, reflete a má execução da empreitada.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que a agenda do Município é da sua competência e que os trabalhos a realizar serão efetuados assim que possível. Reforçou a ideia de que o executivo já era conhecedor das situações, estando já a trabalhar no sentido de encontrar as melhores soluções. Relativamente ao “erro” de execução da empreitada, disse que tal como acontece em relação ao senhor Vereador Dr. Jaime Alves, esta não era também uma área em que é perito para avaliar tal situação, cabendo essa conclusão aos serviços técnicos do município.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente a este ponto, assuntos para conhecimento, gostaria de fazer algumas considerações. A primeira é o despacho de nomeação da Dr^a Marisabel Moutela para secretária de apoio à vereação. Considerando as funções de uma secretária de apoio a uma vereação, que exigem a nosso ver, uma boa gestão e presença constante da pessoa em causa, começaríamos por dizer que tal como no passado não aconteceu, a Dr^a Marisabel Moutela, foi secretária de apoio à vereação nos últimos quatro anos e que se saiba a sua presença no município não é constante. Gostaríamos de colocar aqui uma questão, que gostaríamos de ver respondida, que é se em Resende não encontraram uma pessoa que pudesse desempenhar as funções que são desempenhadas pela Dr^a Marisabel Moutela. Isto porque as funções que lhe são atribuídas, secretária de apoio à vereação, são ligadas ao emprego e à formação profissional, precisamente as mesmas do passado e que agora são reforçadas, não nos parecendo de todo adequado que se nomeie a mesma pessoa para desempenhar essas funções quando, nos últimos anos, pelo menos atendendo aos resultados obtidos nesta área, que não foram propriamente os melhores, infelizmente para todos, pois os



CÂMARA MUNICIPAL

resendenses têm a taxa de desemprego mais elevada do país, o que quer dizer que esta senhora não fez o seu trabalho, ou não fez bem a parte que lhe competia. Parece-nos desadequado que se esteja aqui a premiar uma pessoa que tenha obtido um mau resultado naquelas que seriam as suas competências. Somos contrários a isso e dizemos novamente que estranhámos muito que não se encontre neste concelho alguém que possa desempenhar estas funções. Há aqui outra informação que nos informa que será a Dr^a Sandra Pinto a desempenhar as funções de Vice-Presidente. Relativamente ao Chefe de Gabinete será o mesmo do anterior executivo e quanto ao atual adjunto, também não podemos deixar aqui de referir que de uma forma, que não tem nada de pejorativo, bem pelo contrário, que às vezes não se entra pela democracia, entra-se pela secretaria, e com toda a dignidade das funções e todo o enquadramento legal, não podemos deixar passar em claro que alguém que não é eleito vereador, encontre-se aqui uma solução de secretária para desempenhar funções de apoio ao senhor Presidente.”-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que todos os lugares e nomeações são da sua responsabilidade e que assumiria por inteiro.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Solicitou o uso da palavra para, relativamente à taxa de desemprego e aos comentários proferidos pelo senhor Vereador Dr. Jaime Alves, referir que estes estão descontextualizados e que ao referir que Resende possui a maior taxa de desemprego do País apenas está a tentar passar uma má imagem do concelho, pois estes dados não são os corretos. Relativamente às funções desempenhadas pela Dr^a Marisabel, disse que esta terá de efetuar diversas deslocações, se assim os senhores Vereadores o entenderem, não estando o desempenho das suas funções restritas a um gabinete. Lembrou ainda que as funções de secretária de apoio à Vereação refletem-se no trabalho de toda a vereação, quer no interior quer no exterior, pelo que poderá ter um volume de trabalho considerável. Por último questionou, o senhor Vereador Dr. Jaime Alves, sobre qual a base que possui para referir o desempenho de funções, no que diz respeito ao tema emprego, nas funções de secretária de apoio à Vereação.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Relativamente à taxa de desemprego no Concelho de Resende, questionou a senhora Vereadora Dr^a Maria José Dias se possui dados mais fidedignos do que os do Instituto do Emprego e Formação Profissional e em caso afirmativo, pediu que os divulgasse. Relativamente às funções de secretária de apoio à Vereação, que irão ser desempenhadas pela Dr^a Marisabel, não seriam estas para estar presente em reuniões, pois essa função cabe aos senhores Vereadores e ao executivo, alegando que são estes que possuem o poder de decisão. Disse ainda que o proferido pela senhora Vereadora mostra o total desconhecimento do funcionamento de uma Autarquia. Por último e em relação às funções que irão ser desempenhadas pela Dr^a Marisabel, mais concretamente na área do emprego, referiu que estas se encontram descritas no despacho do senhor Presidente (passando a citar o texto do despacho) e que a Dr^a Maria José Dias também deveria ter conhecimento do referido despacho, pois esse faz parte dos documentos para tomada de conhecimento na presente reunião do executivo. Por último demonstrou a sua preocupação face ao empobrecimento e abandono do concelho de Resende.-----



CÂMARA MUNICIPAL

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Referiu que por vezes e por questões políticas “os dados não saem para o exterior como realmente eles são”. Disse, ainda, que o julgamento das capacidades das pessoas, era uma tarefa difícil de se concretizar e que aquele não seria o local mais correto para o fazer, pois mais ninguém o estava a fazer.-----

Presidente da Câmara – Referiu, mais uma vez, que as nomeações eram da sua total responsabilidade. Relativamente ao empobrecimento e abandono que se verifica no concelho de Resende, estes apenas tem como responsável o Governo e a implementação de políticas de austeridade, do qual o senhor Vereador Dr. Jaime Alves é militante e defensor neste executivo.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. DOAÇÃO DE DIVERSAS OBRAS LITERÁRIAS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL – ACEITAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aceitação, uma lista de obras literárias a doar à biblioteca municipal.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aceitar e agradecer.-----

C.3. TRANSPORTES DE PASSAGEIROS – TRANSPORTES ESCOLARES – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS A CARREIRAS DEFICITÁRIAS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma informação da DRHEAS, referente à compensação financeira para as carreiras deficitárias existentes no concelho, por forma a assegurar o acesso de toda a população (incluindo a escolar) ao transporte de passageiros em carreira pública;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Manifestou a concordância do PPD/PSD.CDS-PP relativamente ao pagamento da compensação dos transportes em discussão e à importância da disponibilidade desses transportes para a população. Questionou porém os meios utilizados pelo Município na fiscalização da utilização destes transportes, uma vez que o pagamento destes valores de compensação é realizado com o dinheiro do erário público.-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS) – Relembrou o senhor Vereador Dr. Jaime Alves que na anterior reunião deste executivo, manifestou a sua total confiança nos serviços da autarquia, esclarecendo ainda que as estimativas apresentadas pelos serviços têm em atenção o número de alunos, dias de utilização e zona de entrada, bem como outros parâmetros que têm de ser tidos em consideração.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.4. FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL – REVALIDAÇÃO DE PROTOCOLO;-----



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a ficha de revalidação do protocolo celebrado em o Município e a Federação Portuguesa de Voleibol;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Disse que tratando-se da prática desportiva de jovens resendenses e não de outro tipo de exemplos, o PPD/PSD.CDS-PP iria votar favoravelmente.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.5. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP);-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remeter posteriormente à Assembleia Municipal, a não aplicação da TMDP, para o ano de 2014, tendo em vista a promoção do desenvolvimento de redes de comunicações eletrónicas no concelho.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Manifestou o voto favorável da sua bancada à isenção em causa, uma vez que esta sai em benefício dos consumidores.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a não aplicação da TMDP para o ano 2014 e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.**-----

C.6. CARLOS MANUEL FIGUEIREDO LOPES RIBEIRO – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA FATURA DA ÁGUA RELATIVA AO MÊS DE SETEMBRO DE 2013;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um requerimento em nome de Carlos Manuel Figueiredo Lopes Ribeiro, a solicitar o pagamento da fatura da água do mês de setembro de 2013, no valor de 116,12€ acrescido dos respetivos juros, em número de prestações iguais e sucessivas a fixar por deliberação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar o pagamento da dívida em 6 prestações mensais, iguais e sucessivas.**-----

C.7. MARIA NOÉMIA MOREIRA PINTO RIBEIRO ESTEVES – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA FATURA DA ÁGUA RELATIVA AO MÊS DE SETEMBRO DE 2013;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para um requerimento em nome de Maria Noémia Moreira Pinto Ribeiro Esteves, a solicitar o pagamento da fatura da água do mês de setembro de 2013, no valor de 246,32€ acrescido dos respetivos juros, em número de prestações iguais e sucessivas a fixar por deliberação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar o pagamento da dívida em 10 prestações mensais, iguais e sucessivas.**-----



C.8. PEDIDO DE CERTIDÃO – AUMENTO DE COMPROPRIEDADE;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de aumento de compropriedade de um prédio rústico, sito no lugar de Perachã, freguesia de Felgueiras, concelho de Resende, respeitante a Ana de Melo Geraldês Sequeira Borges, a confrontar do Norte com caminho, do Sul com caminho e ribeiro, do Nascente com Manuel Lourenço e do Poente com herdeiros de Joaquim Loureiro, inscrito na respetiva matriz sob o n.º 581º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Resende sob o número 439/20010316. Os Serviços prestaram informação favorável.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.9. CARMEN MARIA PINTO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE PROCESSO DE OBRAS Nº 59/2011;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo nos termos do nº5 do artigo 71º do RJUE, uma vez que o prazo de validade da licença terminou e a obra não foi realizada. Em sede de audiência prévia o requerente não se pronunciou.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade nos termos das informações dos serviços.**-----

C.10. - NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO EM COMISSÕES, NÚCLEOS E ORGANISMOS DIVERSOS - PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, dos representantes do Município para comissões, núcleos e organismos diversos.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Disse que o PPD/PSD.CDS-PP relativamente à proposta apresentada se iria abster, uma vez que estas nomeações são da inteira responsabilidade do senhor Presidente de Câmara, manifestando, todavia, a não concordância no que diz respeito à nomeação do senhor Vereador Albano Santos como representante do Município na Comissão Concelhia de Saúde, uma vez que não lhe revêm conhecimentos adequados, quer de percurso, quer de currículo. Referiu, por último, que faria mais sentido ser o senhor Presidente o representante nessa Comissão.-----

Presidente da Câmara – Respondeu não ser esta uma questão “sine qua non”.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar.**-----



C.11 - PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – LAURA PINTO XAVIER;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para para aprovação, um requerimento em nome de Laura Pinto Xavier, a solicitar que lhe seja certificado que não existe qualquer conveniente em que se celebre a escritura pública de doação do prédio rústico denominado “Gafos e Demancha”, no Lugar de Pinheiro Novo, inscrito na respetiva matriz sob o n.º 641º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Resende sob o número 964/19980409 e prédio rústico denominado “Fontão”, sito no lugar de Fontão, inscrito na respetiva matriz sob o n.º 2734º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Resende sob o número 718/19850830, ambos da Freguesia de São Martinho de Mouros, Concelho de Resende, aos seus filhos Maria Mimososa Xavier Guedes Lopes, Manuel Pinto Guedes, Maria de Lurdes Pinto Guedes Francisco, Elvira Pinto Guedes da Silva e José Xavier Guedes. Os serviços da DOPU informaram favoravelmente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.12 - REGULAMENTO DE INCENTIVOS À CRIAÇÃO DE EMPREGO E AO EMPREENDEDORISMO JOVEM – ADMISSÃO DE CANDIDATURAS – NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO - PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta da senhora Vereadora do Pelouro de Ação Social e Emprego, Drª Maria José Dias, de admissão de todas as candidaturas e a notificação posterior de todos os interessados para apresentação dos comprovativos das despesas já efetuadas, acompanhados de documentos da Segurança Social demonstrativos da efetivação e manutenção de posto de trabalho criado e aprovação da nova composição da Comissão de Avaliação.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente a este assunto começaríamos por dizer que o incentivo à criação de emprego e ao empreendedorismo jovem é com certeza para todos uma prioridade, até porque estamos a falar em concreto das pessoas terem a força suficiente e correrem o risco para criarem o seu próprio emprego, que muitas das vezes nós não temos esse impulso ou essa força suficiente. É nosso dever, absolutamente fulcral, que este incentivo à criação de emprego exista. Deixaríamos aqui um reparo no que diz respeito às omissões que existem no regulamento, e votaremos evidentemente a favor, porque não queremos de maneira nenhuma que seja por razões de burocracia que se impeça a criação de emprego e a criação de riqueza. Quanto às referidas omissões, informou que já alertaram para esse facto tanto na Assembleia Municipal como no Órgão Executivo e que o regulamento



CÂMARA MUNICIPAL

deveria ser aperfeiçoado.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Informou os senhores Vereadores que o regulamento em questão iria ser revisto a curto prazo.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

C.13 - RECEPÇÃO DEFINITIVA – LOTEAMENTO DO MONTINHO – SÃO MARTINHO DE MOUROS – PEREIRA MELO & RIBEIRO, LDA.;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de recepção definitiva do loteamento do Montinho, São Martinho de Mouros. Os serviços da DOPU informaram que poderá ser libertada a parte da caução, no montante de 12.524,55€ ,de acordo com o mencionado no auto.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.14 - MARIA IRENE DA SILVA ALMEIDA RIBEIRO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº 43/2011;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo nos termos da alínea d) do nº3 do Artº71 do RJUE, tendo a DOPU informado que não obstante a declaração de caducidade, poderá o requerente beneficiar do disposto no artigo 72º do RJUE.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade nos termos das informações dos serviços.**-----

C.15 - PROGRAMA CLDS+ – ENTIDADE COORDENADORA LOCAL – CASA DO POVO DE RESENDE;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, a fundamentação da escolha da Casa do Povo de Resende como entidade Coordenadora Local no Programa CLDS+ de Resende e da escolha do Coordenador Técnico.-----

O Vereador Albano António Alves dos Santos (PS) declarou-se impedido relativamente a este assunto, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Queremos manifestar a nossa concordância com a necessidade desta candidatura e que já foi aprovada. Este contrato local de desenvolvimento social é a continuidade do trabalho já desenvolvido no passado. Estamos absolutamente de acordo com os propósitos e com os objetivos que se pretendem alcançar, quanto a isso não há a menor sombra de dúvida. No entanto temos também de



CÂMARA MUNICIPAL

deixar aqui claro que não concordamos com a escolha da IPSS em causa. Entendemos que por de trás desta escolha, com toda a frontalidade, há aqui razões que ultrapassam o que diz respeito ao objetivo do CLDS. O Presidente da Instituição é simultaneamente Presidente de um partido político. Entendemos que não tem tido as melhores práticas no que diz respeito ao mérito e à escolha das pessoas que constituem as equipas e de outras praticas. Como tal, iremos abster-nos por esta razão. O objetivo do CLDS é importante, deve ser concretizado, a escolha da IPSS em causa entendemos que não é a escolha mais adequada e que deveria recair numa outra IPSS que pudesse dar mais garantias de execução do programa sem envolver questões do foro partidário, como tem acontecido.-

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“A escolha não foi feita ao acaso, como é obvio. Tendo já existido aqui um CLDS a funcionar, a escolha da Casa do Povo foi para dar continuidade a um trabalho já feito. No fundo acaba por ser a continuidade de um trabalho já iniciado. Não teria razão de ser estar o mesmo projeto no concelho e ser entregue, neste momento, a outra Instituição que não teve já este trabalho anteriormente. Por esta razão a escolha da Casa do Povo foi para haver aqui uma continuação de um projeto que já esteve aqui em curso. É natural que este projeto continue na mesma Instituição que já anteriormente o promoveu. Essa será uma das justificações para o efeito.”-----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD.CDS-PP) – Relativamente às justificações da escolha da Casa do Povo, proferidas pela senhora Vereadora, disse não serem estas suficientes, referindo que após terminar o referido projeto, todos os seus recursos humanos retiraram-se da Instituição, o que originou a perda do “know how” adquirido. Referiu, ainda, que a Casa do Povo é uma das Instituições do concelho que promove a precaridade contratual em termos laborais, alegando que o quadro dos seus trabalhadores não sofre alterações, com a entrada de pessoal, há já algum tempo.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Deu nota da curta duração do projeto referindo que as dificuldades tidas pela Casa do Povo também se iriam verificar numa outra qualquer instituição do concelho. Alegou ter um conhecimento próprio e aprofundado do funcionamento e das dificuldades a nível de recursos humanos das Instituições do concelho, fruto das funções que desempenha em duas dessas Instituições, atribuindo à “conjuntura” a principal causa para a precaridade laboral no concelho.-----

Presidente da Câmara – Referiu que a escolha da IPSS era da sua competência e achava ser esta a escolha mais apropriada para o projeto CLDS. Justificou a escolha como uma escolha política, a qual foi validada no ato eleitoral ocorrido e no qual a população escolheu a área política que entendeu que melhor iria servir e defender os seus interesses, prevalecendo também e essencialmente a experiência adquirida pela Casa do Povo no projeto. Referiu compreender a posição contrária à sua escolha, mas que esta se devia unicamente a questões políticas. Manifestou a sua total discordância relativamente aos comentários menos abonatórios, proferidos pelo PPD/PSD.CDS-PP, na discussão deste assunto, particularmente aos dirigentes da Instituição em causa.-----



CÂMARA MUNICIPAL

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar.-----

C.16 - ATRIBUIÇÃO BOLSA DE ESTUDO – BOLETIM DE CANDIDATURA – JOSÉ JOÃO CARDOSO DIAS MONTEIRO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta da senhora Vereadora do Pelouro de Ação Social e Emprego, Drª Maria José Dias, no sentido de ao abrigo do n.2 do artigo 17º do Regulamento da Atribuição de Bolsas de Estudo, conceder um prazo de 10 dias úteis para a correção da deficiência detetada, bem como para aplicação do mesmo regime nos casos em que seja detetada a falta de apresentação de algum dos documentos de instrução de candidaturas e que este mesmo procedimento seja aplicado a todos os casos análogos.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.17 - RITA DE JESUS PINTO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº 116/2011;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo nos termos da alínea d) do n.3 do Art. 71º do RJUE. Em sede de realização de audiência prévia o requerente não se pronunciou.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade nos termos das informações dos serviços.-----

C.18 – JOSÉ FERNANDO PINTO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº 99/08;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo ao abrigo do artigo 72º do RJUE. Em sede de realização de audiência prévia o requerente não se pronunciou.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade nos termos das informações dos serviços.-----

C.19 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR E DA ESCOLA EB2 DE RESENDE – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação a celebração de protocolo de colaboração, no sentido de apoiar no transporte dos atletas do Clube de Ténis de Mesa a fim de participarem no respetivo Campeonato Distrital, sendo que a primeira competição realizar-se-á no



CÂMARA MUNICIPAL

próximo dia 16.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Presidente da Câmara – Propôs a aprovação do transporte relativo ao dia 16 e a celebração de protocolo com a Associação para os restantes transportes, após a entrega do calendário oficial das provas.-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, conceder apoio para o transporte do próximo dia 16 e celebrar protocolo concedendo apoio para os restantes transportes incluídos no calendário desportivo do clube, o qual deverá ser apresentado.**-----

C.20 - ANTEPROJETO DE DECRETO-LEI - REGIME DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para discussão e tomada de posição, o ante projeto em título.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Presidente da Câmara – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Trata-se de um assunto delicado uma vez que o que está em causa, neste anteprojeto, é efetivamente o nosso Tribunal deixar de existir, pura e simplesmente. Várias ilações se tiraram. Eu já fui abordado por algumas pessoas do concelho no sentido de se elaborar aqui uma estratégia de contacto em primeira mão com a senhora Ministra, e nesse sentido, propus-me a redigir uma carta dirigida à senhora Ministra, como também já tinha sido feito no ano passado pelo anterior executivo e que já tinha dado lugar inclusive a algum dialogo entre o Município de Resende e o Ministério da Justiça, que porém não deu em nada. Muito embora da parte do Município fossem apresentadas as razões pelas quais as pessoas de Resende não concordavam com os critérios que foram escolhidos para excluir a continuação do Tribunal em Resende e que na realidade o que se passava no nosso Município era absolutamente diferente e que contrariava esses pressupostos, não houve nenhuma evolução favorável para o caso de Resende e agora este anteprojeto vem efetivamente dizer que tal assim é infelizmente. As razões serão múltiplas, mas penso que a razão principal, prende-se, mais uma vez, com a razão politica, ou seja, quem está no poder exerce esta ação politica e “quem não estiver bem, que se ponha”, o que é o nosso caso. Penso que pela análise feita a este documento, que Resende eventualmente poderia ter sido contemplado com uma secção de proximidade, porque a legislação agora aprovada recentemente, prevê a secção de proximidade, desde que as partes em litigio e estamos a falar em questões de Tribunal, estiverem de acordo quanto à requisição de um Juiz. Isto já faz parte agora da nova legislação pelo que esta secção de proximidade, desde que estejam garantidos estes pressupostos, traria um Juiz a fazer julgamentos em Resende. Significa, isto, que eventualmente nós continuaríamos a ter julgamentos em Resende e que isso arrastaria a presença das pessoas em causa, de testemunhas e toda a dinamização económica e social que isto envolve e que costuma haver aqui na nossa Vila e que está ligado a existência do nosso Tribunal. De todos os concelho do Distrito de Viseu, nesta reorganização, apenas três deixam de ter qualquer tipo



CÂMARA MUNICIPAL

de relação direta com o seu Tribunal, Castro Daire, Resende e Tabuaço. Portanto, tirando aqui alguma ilação política sobre esta questão, sabemos que Castro Daire é um concelho do Partido Socialista e Resende também. Tabuaço não é, desta feita, mas tudo levava a crer que também o seria e que eventualmente seria o Partido Socialista que continuaria a dirigir o Município, porém tal não aconteceu, encontrando-se aqui também contemplado. Isto é um anteprojecto e eventualmente poderá haver aqui lugar a alterações, não é um documento final e nesse sentido eu disponibilizei-me para, uma vez mais, voltar a escrever à senhora Ministra. Pedi inclusivamente que me fossem fornecidas, penso que o serão ainda durante o dia de hoje, as estatísticas relacionadas com a atividade do nosso Tribunal durante o ano de 2013, uma vez que a carta redigida no ano passado só possuía as estatísticas dos anos de 2011 e 2012, não estando contemplada a estatística do ano de 2013. O senhor Secretário Judicial, já nos fez o favor de entregar esse documento e esses elementos incorporarão a carta que eu irei enviar à senhora Ministra no sentido de lhe pedir uma audiência, uma vez mais, para voltarmos a apresentar outra vez estas questões, que me parecem pertinentes e que pelos vistos presidiram à exclusão do nosso Tribunal neste anteprojecto. Portanto, o que proponho ao executivo, é um pedido de audiência acompanhado de alguma explicação da situação e de "in loco" a senhora Ministra ouvir as razões veiculadas pelo Presidente da Câmara, eventualmente acompanhado por algum elemento da parte jurídica e encetarmos aqui uma conversação no sentido dizer à senhora Ministra e de fazer valer que Resende, comparando aqui com os casos de Oliveira de Frades, São João da Pesqueira e Vouzela, que são os concelhos que estão contemplados com as secções de proximidade, que Resende também deveria cá estar, no sentido de conseguirmos manter o nosso Tribunal. Até porque não é só o facto de termos uma quantidade de ações de julgamento muito superior aquilo que era pedido, ou aquilo que foi estabelecido como limite, também há o facto de nós termos aqui, no caso do nosso Tribunal fechar, a audição das testemunhas, inclusivamente segundo me consta e segundo as informações que me têm chegado, a maior parte destes julgamentos têm defensores oficiosos, portanto será o Estado quem pagará aos advogados e também pagará as deslocações e despesas das testemunhas, o que obrigará aqui a uma despesa suplementar do Estado, no sentido de custear o transporte das testemunhas para outros locais. Acresce também o facto do nosso Tribunal, não ter praticamente qualquer encargo, uma vez que o edifício do Tribunal é do Estado, não paga renda e encontram-se lá sediados outros serviços, como a Loja da Cidadão, Registos, etc.. O edifício irá continuar a funcionar, a não ser que acabem também com a Loja da Cidadão e com os outros serviços lá sediados. Pode ser que acabem com tudo, e pronto, fica ali o nosso Tribunal às moscas. Penso que temos aqui argumentos para apresentar e esta audiência será também a primeira reação do Município de Resende a este anteprojecto, no sentido de tentarmos conseguir que o nosso Tribunal continue a funcionar, como é o nosso desejo. Estamos agora num novo executivo e temos uma situação muito grave para resolver e gostava de saber e peço que apresentem aqui uma proposta atual, qualquer coisa que seja novo deste executivo e do qual o PPD/PSD.CDS-PP também faz parte e que nós possamos eventualmente por em prática para tentarmos resolver esta questão.-----



CÂMARA MUNICIPAL

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Este é, de facto, um assunto que nos une a todos, não só no que diz respeito ao Tribunal mas no que diz respeito a todos os serviços públicos estatais que existem neste concelho, como temos dito no passado e continuamos a dizê-lo. Deixe-me registar com agrado uma mudança de comportamento da sua parte, nas funções de desempenho de Presidente da Câmara. Aqui há dias ouvimo-lo dizer e passo a citar “Resende vai perder o Tribunal, acaba uma coisa de cada vez, e pronto”. Entendemos que essa não é a melhor forma de defender aquilo que é de Resende e os serviços públicos de Resende, não só o Tribunal mas todos os outros. Há esta mudança de comportamento, o senhor provavelmente disse aquilo de uma forma em “cima do joelho”, não estava preparado para fazer uma abordagem séria, provavelmente não fez o trabalho de casa. Agora vem corrigir e já vem dizer que de facto temos de ter aqui um comportamento muito mais afinado, muito mais determinado e muito mais consciente daquilo que nós temos de fazer. Relativamente a essa mudança de comportamento da sua parte nós estamos aqui para dizer que estamos ao lado dos resendenses, conforme sempre estivemos. E estaremos aqui para, no que diz respeito a esta coligação de dois partidos, o Partido Social Democrata e do CDS, nos juntarmos. Nos temos de facto de lutar por aquilo que é nosso. Para fazermos aqui o devido enquadramento, esta alteração advém do quê? Como é do conhecimento público, há cerca de três anos atrás, o Estado Português deixou de ter dinheiro para pagar salários, pensões e prestações sociais. E para o Estado poder honrar estes compromissos tivemos de assinar um acordo com a “troika”, em que o Estado Português, assinado pelo anterior Governo, se compromete, perante os nossos credores a encerrar um determinado número de Comarcas. Nós agora também cá estaremos para dentro deste compromisso assinado pelo anterior Governo, fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar que o Tribunal de Resende seja encerrado. Mesmo que para isso, em vez do Tribunal funcionar nos moldes que o conhecemos, possamos aqui ter uma solução alternativa elencada à pouco pelo senhor Presidente de Câmara, que é uma secção de proximidade. Não é a situação ideal, mas de facto uma secção de proximidade, seria um espécie de “amortecedor” e não seria tão mau como o encerramento do Tribunal. Quero deixar aqui nas entrelinhas uma questão: eu tive a oportunidade de acompanhar, quando estava em Lisboa, as démarches do Município de Baião e de algumas forças vivas daquele concelho e tive a oportunidade de estar com o Presidente da Associação Empresarial de Baião que me explicou, de facto, aquilo que estava a ser feito pelo Município de Baião para contrariar a informação que também encerraria o seu Tribunal. O que é facto é que eles e em tempo devido agiram, tiveram peso político e conseguiram inverter esta situação. A posição desta coligação em relação aos serviços públicos deste concelho, é que somos radicalmente contra o encerramento de qualquer serviço público neste concelho e estaremos aqui, para nos juntarmos, ou para nós próprios, tomarmos as medidas necessárias para evitarmos e salvaguardarmos os interesses dos resendenses. Não podemos de maneira nenhuma dormir de forma descansada, nem dizer “e pronto acabou”, não faz parte do nosso ADN, estaremos aqui para nos juntarmos a outras iniciativas, porque o próprio Tribunal e quem lá trabalha, os funcionários, os advogados, com certeza têm conhecimento das ações que eles têm planeadas. Da



CÂMARA MUNICIPAL

manifestação que eles tem planeada para o dia de amanhã contra o encerramento, a qual nós subscrevemos e a que nos juntaremos na medida do possível, até porque estamos a falar de um dia de trabalho. Mas a nossa posição sem qualquer dúvida é esta, sempre foi e sempre será. O senhor há pouco falou na campanha eleitoral, eu disse-o por diversas vezes que era absolutamente contra o encerramento do Tribunal. A posição é precisamente a mesma e cá estaremos no âmbito das nossas possibilidades para fazer tudo o que estiver ao nosso alcance que impossibilite ou coloque algum obstáculo ao encerramento do Tribunal.-----

Presidente da Câmara – Registou com agrado o proferido pelo senhor Dr. Jaime Alves, referindo que este assunto não tem a ver com “comportamentos” mas sim com “opiniões”. Relativamente à referência de “não ter feito o trabalho de casa” disse ser desconhecedor do conceito “trabalhos de casa” referido pelo senhor Dr. Jaime Alves. Disse ser neste momento e na qualidade de Presidente de Câmara eleito pela maioria dos resendenses, o responsável máximo para a resolução do problema que é o encerramento do Tribunal de Resende. Referiu ainda que este era o momento para se exigir algo deste executivo no qual se inclui o PPD/PSD.CDS-PP, referindo que estas situações se encontram a acontecer na vigência deste Governo, que a oposição deste executivo defende e apoia. Por último manifestou a sua concordância no que concerne à junção de esforços e práticas tendo como objetivo alterar o encerramento do Tribunal de Resende.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Disse que relativamente à intervenção do senhor Presidente da Câmara, mais concretamente no que diz respeito à redução de freguesias, que esse assunto é uma herança do Governo anterior, mais concretamente do tempo do Primeiro Ministro, Eng. José Sócrates e do memorando assinado pelo partido socialista com a “troika”, onde estas situações se encontram previstas.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Solicitou o uso da palavra para questionar o Dr. Jaime Alves, sobre quais as ações por si desenvolvidas, no âmbito do encerramento do Tribunal de Resende, enquanto fazendo parte do Governo e no tempo que permaneceu em Lisboa, bem como quais as ações desenvolvidas para Resende poder ter uma secção de proximidade.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Relativamente às questões colocadas pela senhora Vereadora Dr^a Maria José Dias, esclareceu que não teve qualquer ligação ao Ministério da Justiça e que todas as suas diligências e ações sempre se pautaram pela discricção e de um modo resguardado. Referiu ter cumprido com a sua obrigação e ter a “consciência tranquila”, referindo todavia que a resolução e condução desta questão era da responsabilidade do senhor Presidente da Câmara.-----

Albano António Alves dos Santos (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente ao início da intervenção do Dr. Jaime quando se referiu aquilo que foi a “herança” pensei que já tínhamos ultrapassado esta fase de discutirmos aquilo que foi a “herança do passado” e que o anterior Governo foi o responsável pela assinatura com a “troika”. Queria também lembrar ao Dr. Jaime que este Governo não está a cumprir na integra aquilo que estava acordado com a “troika”, aliás o próprio Primeiro Ministro, já todos o ouvimos dizer mais do que uma vez, que está disponível e



CÂMARA MUNICIPAL

tem ido para além da “troika”. Portanto temos também que abordar isto de uma forma mais concreta, para não lhe chamar outra coisa, não passar a vida a desculparmo-nos com o passado. Há muita coisa que não consta no memorando da “troika” e que nós assistimos todos os dias. Depois referir aqui também que temos de ter cuidado com o jogo de palavras, referir aqui que se conseguiu alterar aquilo que estava no memorando da “troika” que previa a extinção de Freguesias e que se afinal se optou pela agregação de Freguesias, eu pergunto ao Dr. Jaime se isso na prática não foi a mesma coisa. Se entregar uma Freguesia a outra não é o mesmo. Ficou com um único executivo, um único Presidente de Junta a representar todo o território. Ninguém estava à espera que o memorando da “troika” viesse cá varrer do mapa, literalmente, a freguesia e tudo aquilo que lá está, pessoas habitações e tudo o resto. Eu registo com satisfação a parte final em que temos de estar todos de acordo, porque o encerramento do Tribunal é uma questão muito séria, séria demais, que nos pode prejudicar muito, a todos. Vejo com muita preocupação o caminho para onde caminhamos e para o caminho que este Governo nos quer levar. Porque percebo que a ideia é “puxar para o mar, para litoral” pois “o interior só dá despesa, não tem cá nada, não conta, são idosos que fiquem por lá e ao abandono e os jovens que se cuidem e saiam de lá para fora” e aquilo é para ir andando. Tira-se hoje uma coisa, amanhã outra, depois outra. Eu registo com agrado esta preocupação que é de todos nós e de lutarmos por aquilo que é nosso e com afinco, pelo Tribunal e pelas outras coisas. A desculpa do passado e o trocadilho de palavras para fazer crer que uma coisa é outra coisa, ai já não estou tanto de acordo.”-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 12h35. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental lportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2013.-----

E eu, António Manuel de Almeida Pinto, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Dr. M. Garcez Trindade
Presidente da Câmara Municipal

Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU